
ἄρχαί

AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL
THE ORIGINS OF WESTERN THOUGHT

ARTIGO

Da *eudaimonia* individual ao florescimento social. Perspectivas sobre a felicidade na obra de Martha Nussbaum

From Individual *Eudaimonia* to Social Flourishing. Perspectives On Happiness in the Work of Martha Nussbaum

Marco Ferreira ⁱ

<https://orcid.org/0000-0002-8826-008X>
a2022100745@campus.fcsh.unl.pt

Marta Faustino ⁱⁱ

<https://orcid.org/0000-0002-5492-8539>
martafaustino@fcsh.unl.pt

ⁱ Universidade NOVA de Lisboa – Lisboa – Portugal

ⁱⁱ IFILNOVA/Universidade NOVA de Lisboa – Lisboa – Portugal

FERREIRA, F.; FAUSTINO, M. (2025). Da *eudaimonia* individual ao florescimento social. Perspectivas sobre a felicidade na obra de Martha Nussbaum. *Archai* 35, e03528.

Resumo: Martha Nussbaum é uma das principais referências para o debate contemporâneo sobre a felicidade e o bem-estar humanos. Neste contexto, a obra de Nussbaum distingue-se, por um lado, pela sua interpretação e análise da filosofia antiga como uma terapia da alma vocacionada para o alcance da *eudaimonia*, e, por outro lado, pelo seu desenvolvimento, com Amartya Sen, da abordagem das capacidades, que se apresenta como um ideal de organização da sociedade, por forma a providenciar aos seres humanos um pleno desenvolvimento e florescimento. Apesar de intimamente relacionadas no seu propósito prático e transformador, estas duas visões de felicidade humana e dos meios para a alcançar divergem radicalmente, podendo até mesmo considerar-se contraditórias. Se na perspectiva da felicidade proposta pelas escolas helenísticas a *eudaimonia* é uma tarefa individual, alheia a e independente de qualquer florescimento social ou coletivo, para a abordagem das capacidades o florescimento social ou coletivo é a verdadeira condição de possibilidade de qualquer florescimento individual. Neste ensaio discutiremos ambas as abordagens e procuraremos mostrar como estas não só são conciliáveis como se encontram mesmo estreitamente relacionadas no pensamento de Nussbaum, constituindo duas abordagens diferentes, mas complementares ao problema do florescimento humano e da procura filosófica da felicidade.

Palavras-chave: Martha Nussbaum, Florescimento humano, Felicidade, Filosofia helenística, Abordagem das capacidades.

Abstract: Martha Nussbaum is one of the main references for the contemporary debate on human happiness and well-being. Her main contributions are, on the one hand, her study and analysis of ancient philosophy as a therapy of the soul, and, on the other hand, the capabilities approach, which she developed with Amartya Sen, as an ideal for the organization of society, in order to provide human beings with full development and flourishing. Although closely related in their practical and transformative purpose, these two visions of human happiness and the means to achieve it diverge radically and can even be considered contradictory. If for the Hellenistic schools *eudaimonia* is an individual task, alien to and independent of any social or collective flourishing, for the capabilities approach, social or collective flourishing is the true condition of possibility for any individual flourishing. In this essay we will discuss both approaches

and try to show how they are not only reconcilable but even closely related in Nussbaum's thought, constituting two different but complementary approaches to the problem of human flourishing and the philosophical pursuit of happiness.

Keywords: Martha Nussbaum, Human flourishing, Happiness, Hellenistic philosophy, Capabilities approach.

1. Introdução

No contexto do vibrante debate contemporâneo em torno da felicidade e do bem-estar humanos, a obra de Martha Nussbaum assume particular destaque e relevância. Com mais de duas dezenas de obras publicadas, Nussbaum tornou-se particularmente conhecida pela abordagem das capacidades, teoria que desenvolveu nos anos 90 com Amartya Sen. Paralelamente, a obra de Nussbaum é também uma das referências mais relevantes para o estudo da filosofia antiga, sobretudo para Aristóteles e as escolas helenísticas, que se destacam na história da filosofia ocidental pela sua noção da filosofia como terapia da alma. No seu influente *The Therapy of Desire*, Nussbaum explora e defende esta concepção antiga da filosofia como uma prática que, ao contrário da filosofia académica atual, não se encontrava desenraizada do mundo, mas antes imersa nele, existindo “para os seres humanos, por forma a enfrentar as suas necessidades mais profundas, confrontar as suas perplexidades mais urgentes, e retirá-los da miséria para um maior nível de florescimento” (Nussbaum, 2009, p. 3). De acordo com a perspectiva de Nussbaum, um dos maiores contributos da filosofia helenística para a própria compreensão filosófica é o seu esforço de tornar a filosofia uma técnica capaz de, através dos seus métodos específicos, ter uma intervenção real e concreta no mundo, desempenhando funções sociais e políticas importantes e contribuindo para a redução de vários tipos de sofrimento humano.

Este compromisso com o mundo real e concreto dos seres humanos, bem como a intenção de intervir diretamente nele a partir do que é próprio da filosofia, caracterizam certamente todo o percurso filosófico de Nussbaum e, muito em particular, o seu desenvolvimento da abordagem das capacidades, que se apresenta justamente como um ideal de constituição e organização da sociedade, por forma a providenciar aos seres humanos as melhores condições para o seu pleno desenvolvimento e florescimento.

Apesar de intimamente relacionadas neste propósito fundador, porém, as visões de felicidade humana e dos meios para a alcançar veiculadas pela filosofia helenística, por um lado, e pela abordagem das capacidades, por outro, divergem radicalmente, podendo até mesmo considerar-se contraditórias. Com efeito, se a concepção terapêutica da filosofia popularizada pelas escolas helenísticas tem como foco a felicidade individual (*eudaimonia*), que vê como uma tarefa igualmente individual, dependente apenas de uma transformação do próprio indivíduo e indiferente às condições externas ou de tudo o que é contingente no mundo que o rodeia (cf. Nussbaum, 2009, p. 112, 503, 506), a abordagem das capacidades estabelece condições materiais objetivas que o indivíduo não controla (e que deverão ser garantidas pelos governos) como fundamentais para a concretização das capacidades dos indivíduos que tornarão possível a plenitude humana. Por outras palavras, se na perspectiva da felicidade proposta pelas escolas helenísticas a *eudaimonia* é uma tarefa individual, alheia a e independente de qualquer florescimento social ou coletivo, para a abordagem das capacidades o florescimento social ou coletivo é a verdadeira condição de possibilidade de qualquer florescimento individual.

Tendo em conta que na obra de Martha Nussbaum encontramos uma defesa de ambas as concepções de felicidade ou florescimento humano, torna-se importante analisar em que medida e até que ponto elas são efetivamente contraditórias ou antes conciliáveis na obra da autora. Neste ensaio procuraremos mostrar como as duas abordagens não só são conciliáveis como se encontram mesmo estreitamente relacionadas no pensamento de Nussbaum, constituindo duas

abordagens diferentes, mas complementares, ao problema do florescimento humano e da procura filosófica da felicidade. Para o demonstrar, começaremos, na seção 2, por explorar a perspectiva de Nussbaum sobre a concepção terapêutica da filosofia em Aristóteles e durante o período helenístico. Na seção 3 dedicar-nos-emos à análise da abordagem das capacidades e da forma como, segundo Nussbaum, esta pode promover a felicidade das sociedades. Na seção 4, tentaremos demonstrar a forma como estas duas teorias, aparentemente antagônicas, estão relacionadas e podem ser conciliadas numa visão unificada da felicidade na obra de Nussbaum. Por fim, nas considerações finais sumariaremos as principais conclusões do presente ensaio.

2. A cura da alma pela filosofia e a felicidade individual

A obra *The Therapy of Desire*, publicada por Martha Nussbaum em 1994, insere-se numa tendência, que se tem vindo a acentuar nos últimos 40 anos, de recrudescimento da ideia de que a filosofia constitui não apenas uma disciplina académica, fundamentalmente teórica, mas também uma forma de orientar a vida dos indivíduos no sentido da vida boa ou feliz. Neste contexto, a filosofia antiga é geralmente apresentada como um modelo de concepção filosófica que contrasta fortemente com as práticas académicas atuais, que tendem a reduzir a filosofia a um mero discurso teórico, apartado da vida e com pouca relevância no espaço exterior à universidade, à biblioteca ou à sala de aulas (cf. Testa; Faustino, 2022). Juntamente com Pierre Hadot (1995), Michel Foucault (2016), Julia Annas (1995) ou John Sellars (2011, 2017), Martha Nussbaum terá sido uma das principais intervenientes nesta mudança de perspectiva, ao sublinhar a dimensão prática e transformadora da filosofia antiga, especificamente como uma terapia da alma ou, mais concretamente, uma terapia do desejo.

Nussbaum dedica o primeiro capítulo da sua obra à descrição da peculiaridade desta concepção filosófica e da analogia que a funda

entre a filosofia e a medicina, pelo que, dados os nossos propósitos neste artigo, importa determo-nos, num primeiro momento, nas características específicas deste modelo filosófico. Segundo Nussbaum, ao longo de toda a antiguidade clássica e romana e de forma particularmente acentuada durante o período helenístico, encontramos “um consenso amplo e profundo de que a motivação central para filosofar é a urgência do sofrimento humano e que o objetivo da filosofia é o florescimento humano ou *eudaimonia*” (Nussbaum, 2009, p. 15). É este objetivo e orientação fundamentais da filosofia neste período que, por sua vez, justificam a analogia médica entre a filosofia e a medicina: se a medicina trata as doenças do corpo com vista à manutenção de um estado de saúde do corpo, a filosofia trata a alma de todas as doenças e obstáculos à sua saúde, isto é, à sua felicidade ou *eudaimonia*. As doenças da alma são, por sua vez, produzidas por crenças e juízos falsos, que cumpre à filosofia, justamente, corrigir, razão pela qual é apresentada como a única técnica capaz de tratar as “doenças do pensamento, do juízo e do desejo” (Nussbaum, 2009, p. 49). Nussbaum considera, por isso, que o que está em causa para todas as escolas helenísticas é uma terapia do desejo, levada a cabo através de um minucioso escrutínio e modificação das crenças e juízos que lhes subjazem, através de um conjunto de argumentos racionais, lógicos, críticos e rigorosos, instrumentos fundamentais da filosofia, durante este período canalizados para um fim terapêutico (Nussbaum, 2009, p. 14).¹ Assim, os argumentos filosóficos estão para a alma como os remédios estão para o corpo: “eles podem curar e devem ser avaliados de acordo com a sua eficácia curativa” (Nussbaum 2009, p. 14).

Sendo todas as escolas helenísticas acérrimas defensoras desta analogia médica, encontramos, neste período, uma multiplicidade de concepções de saúde da alma, vida boa ou felicidade, devidamente complementadas com os tratamentos necessários para curar as doenças que as impedem, bem como um conjunto de prescrições terapêuticas concebidas para reorientar a vida no sentido da

¹ Sobre o poder terapêutico do *logos* na filosofia grega, veja-se Nussbaum (2009, p. 49 e seguintes).

eudaimonia. No seu livro, Nussbaum concentra-se nas propostas de Aristóteles e das três escolas helenísticas mais influentes na história da filosofia, nomeadamente o epicurismo, o ceticismo e o estoicismo, que aqui apresentaremos apenas muito sumariamente.

Nussbaum começa a sua análise com Aristóteles, filósofo responsável pelo diagnóstico do problema fundamental da existência humana e pela determinação da felicidade (ou *eudaimonia*) como fim último da vida, tornando-se assim uma das maiores influências para todos os pensadores helenísticos. Tal como no caso destes últimos, também Aristóteles procurava a melhoria da vida humana através da filosofia, e também este apresenta o seu modelo de vida boa ou feliz, com o qual todos os pensadores posteriores desta tradição se confrontariam. Aristóteles associa a vida feliz a uma série de características, a maioria das quais Nussbaum avalia positivamente, não deixando, porém, de sublinhar aquilo que vê como deficiências. Em primeiro lugar, segundo Aristóteles a vida boa ou *eudaimonia* deve ser uma vida que seja passível de ser vivida por um ser humano, ou seja, que esteja ao seu alcance atingir, através de treino e esforço (Nussbaum 2009, p. 61). Esta acessibilidade da *eudaimonia* implica que ela deva ser comum e dependente de uma atividade, ao invés de determinada pela sorte ou algum talento inato, o que a tornaria acessível apenas a um número muito restrito de indivíduos (Nussbaum, 2009, p. 61-62). Em segundo lugar, a vida feliz não pode ser uma vida que nos pareça tal que não mereça ser vivida, como uma vida cheia de sofrimento, ou uma vida sem amigos: pelo contrário, ela tem de ser uma vida que os seres humanos voluntariamente pudessem escolher como preferível a não estarem vivos (Nussbaum, 2009, p. 62). Em terceiro lugar, a vida plena deverá conter em si os fins escolhidos por cada ser humano para a sua própria vida e, adicionalmente, não pode não conter algo que, se adicionado à vida do ser humano em causa, a tornasse mais plena ou completa (Nussbaum, 2009, p. 63). Em consequência destas duas últimas características, Aristóteles não concebia a *eudaimonia* como constituída apenas por elementos totalmente controláveis pela

agência humana – nomeadamente, a virtude² –, pois considerava essenciais não só as condições necessárias para que a vida parecesse digna de ser vivida (saúde, prazer, honra, amizade, alguma riqueza etc.), mas também os resultados das interações do indivíduo com o mundo exterior, muitas vezes imprevisíveis e incontrolláveis. Por fim, sendo o ser humano naturalmente gregário, a vida plena só poderia ser realmente considerada plena e completa se vivida em comunidade e com relações significativas com outros seres humanos, nomeadamente amigos, familiares e restantes cidadãos (Nussbaum, 2009, p. 64). Por este motivo, a filosofia aristotélica distingue-se, nesta tradição, pela extrema valorização da comunidade enquanto comunidade política (Nussbaum, 2009, p. 56-57, 73-74), bem como dos bens e condições que essa comunidade pode dar aos cidadãos (Nussbaum, 2009, p. 63, 502). Este fim político era inalienável da análise ética, e era intrínseco à própria natureza humana de animal político (*Pol.* 1253a). Por outro lado, a filosofia aristotélica não valorizava a igualdade, sendo menos inclusiva do que viria a ser a helenística, ao desconsiderar, por exemplo, o papel e a possibilidade de participação das mulheres e dos escravos, bem como dos cidadãos sem a formação académica mínima, e favorecendo de forma elitista, de acordo com Nussbaum, aqueles que a *polis* já favorecia (Nussbaum, 2009, p. 104).

Apesar de as três grandes escolas helenísticas analisadas por Nussbaum seguirem o enquadramento definido por Aristóteles para a determinação da felicidade e, como tal, adoptarem a noção de *eudaimonia* como um fim completo em si mesmo, dependente de uma atividade do próprio indivíduo e acessível a todos os que se dediquem a um trabalho interno com vista a esse fim, elas divergem em aspectos importantes da conceção aristotélica, nomeadamente no que diz respeito à restrição dos bens necessários para a vida feliz e à

² Na ética aristotélica, a virtude é considerada uma condição necessária, mas não suficiente, para a *eudaimonia*, em claro contraste com a filosofia estoica, como veremos. Apesar de centrais para a vida plena, as virtudes, que segundo Aristóteles podem ser morais ou intelectuais, devem ser integradas com outros bens como a amizade, o prazer, a honra ou a riqueza, de modo a integrarem-se como um todo coerente (Kraut, 2022).

desvalorização dos elementos não exclusivamente dependentes da agência do indivíduo. Mais concretamente, o período helenístico estabelece uma relação estreita de dependência entre a felicidade e a autossuficiência, restringindo radicalmente o papel da sorte e a relevância de qualquer bem ou circunstância externa para o alcance da vida feliz. Nas palavras de Nussbaum:

para estas três escolas, a pessoa verdadeiramente boa e virtuosa é vista como radicalmente independente de fatores materiais e económicos: atingir a humanidade plena requer apenas uma mudança interior. (Nussbaum, 2009, p. 11)

Uma das características mais distintivas e polémicas da filosofia no período helenístico, que a aparta também significativamente da de Aristóteles é, assim, a sua concentração no indivíduo, a sua crítica da sociedade e a sua desvalorização da política, bem como de questões sociais e materiais, tidas como irrelevantes para a felicidade individual. Como a autora exemplifica, para qualquer uma das escolas helenísticas não está tanto em causa reduzir a injustiça e as desigualdades sociais, quanto ensinar os indivíduos a serem indiferente a elas; não tanto a erradicação da pobreza, quanto ensinar os indivíduos a desvalorizar a riqueza; não tanto a remoção da escravatura, quanto ensinar os indivíduos a preservar a sua liberdade interior em qualquer circunstância, mesmo sendo escravos; etc. (Nussbaum, 2009, p. 11).

Nenhuma das escolas do período helenístico propõe, por isso, quaisquer transformações políticas, institucionais ou materiais, tendendo antes, e em marcado contraste com Aristóteles, a definir um fim último da vida humana que seja totalmente interior, independente de circunstâncias externas e alcançável exclusivamente através dos esforços de autotransformação do próprio indivíduo. Assim, Epicuro estabelece como fim último da vida humana o prazer, definindo-o como a ausência de dor e de quaisquer perturbações, quer no corpo, quer na alma (Nussbaum, 2009, p. 106, 109), consistindo assim a felicidade epicurista numa associação entre a *ataraxia* da alma (ausência de perturbações) e a *aponia* do corpo (ausência de dor)

(Nussbaum, 2009, p. 109). Criando comunidades isoladas, os epicuristas procuravam combater as crenças e os juízos sociais que levavam os seres humanos, quer a tentar satisfazer desejos vãos ou vazios, quer a temer coisas não temíveis, em particular a morte. A correção dos juízos com vista à eliminação de desejos e medos vãos era, assim, a condição de possibilidade do alcance e manutenção de uma verdadeira *ataraxia* e, portanto, da vida feliz (Nussbaum, 2009, p. 112). Já os cétricos acreditavam que a verdadeira *ataraxia* se alcançava apenas através da suspensão do juízo (*epochē*), isto é, não afirmando nem negando o que quer que seja. Segundo os cétricos, para cada argumento existe um outro com igual força que se lhe opõe, sendo pernicioso tomar partido em qualquer circunstância e mais ainda ser-se dogmático. A vida feliz compõe-se, assim, desta conjunção entre a *isostheneia* (a força igual entre reivindicações opostas e igualmente plausíveis), a *epochē* (suspensão do juízo) e a *ataraxia* (ausência de perturbações) (Nussbaum, 2009, p. 286). De forma em parte semelhante à escola epicurista (e notoriamente dissemelhante de Aristóteles), os cétricos focam-se igualmente no indivíduo e não tanto a comunidade, afastando-se desta e centrando-se fundamentalmente na análise dos seus próprios juízos (Nussbaum, 2009, p. 503). Por último, os estoicos definem o *telos*, o fim último do ser humano, como a vida de acordo com a natureza, que pode ser atingida através da virtude e que é, por sua vez, condição necessária e suficiente para a felicidade. Ao contrário de Aristóteles, os estoicos defendiam que a virtude era o único bem e a única condição necessária para a felicidade, sendo tudo o resto (incluindo a saúde, as condições materiais, as relações pessoais e até a própria vida) considerado indiferente. Ao contrário das outras escolas helenísticas, os estoicos têm uma teoria política desenvolvida que suporta a sua filosofia terapêutica (Nussbaum, 2009, p. 317-319), atribuindo um considerável grau de importância à ação sobre a comunidade, sem que, porém, os efeitos desta ação ou a transformação efetiva da sociedade fosse considerada relevante no que diz respeito à felicidade.

Apesar de Nussbaum expressar uma clara preferência pelo estoicismo, dada a sua robustez, o seu respeito pela razão prática dos

indivíduos, os seus ideais de justiça, igualdade e dignidade humana, e a sua capacidade para responder de forma mais adequada a críticas comuns às escolas do período helenístico (Nussbaum, 2009, p. 317), a verdade é que também os estoicos – de forma semelhante aos outros filósofos helenísticos, e em contraste com Aristóteles, com quem Nussbaum tende a ter maior afinidade – centravam a sua terapia no ideal da absoluta autossuficiência, estando assim também eles sujeitos à suspeita e resistência que a própria Nussbaum expressa relativamente às éticas deste período: querendo garantir a acessibilidade da felicidade a todo e qualquer indivíduo através da filosofia, os filósofos helenísticos “alteram as necessidades [dos discípulos] por forma a compatibilizarem-nas com o mundo, em vez de mudarem o mundo para que este corresponda às necessidades humanas” (Nussbaum, 2009, p. 502). Ao fazê-lo, porém, e não depreciando este mérito, os filósofos helenísticos acabam por negligenciar o valor e o poder da ação política, perdendo assim de vista “uma outra função que a filosofia havia previamente desempenhado: a da educação dos legisladores para um serviço público justo e humano” (Nussbaum, 2009, p. 502). É justamente esta preocupação que fundará o desenvolvimento da outra abordagem da felicidade que encontramos na obra de Nussbaum, e para a qual passaremos de seguida: a abordagem das capacidades e a preocupação com a felicidade ou florescimento social, do qual por sua vez dependerá, na perspectiva de Nussbaum, uma verdadeira felicidade individual.

3. A abordagem das capacidades e o florescimento das sociedades³

Apesar do seu trabalho influente sobre a ética helenística, é sobretudo pelo seu desenvolvimento da abordagem das capacidades,

³ Optou-se por utilizar o termo de sociedade, em detrimento de comunidade, na esteira da definição clássica de Ferdinand Tönnies, de base antropológica e biológica, publicada originalmente na obra de 1887, *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Segundo Tönnies, as relações ou grupos sociais podiam ser classificadas em dois tipos, comunidade (*Gemeinschaft*) ou sociedade

juntamente com o economista e filósofo Amartya Sen, que Martha Nussbaum se tornou uma referência incontornável nos debates contemporâneos sobre bem-estar e felicidade. Embora esta abordagem tenha começado a ser desenvolvida nos anos 80, é ao longo dos anos 90 e sobretudo no início deste século que se torna particularmente popular, com a publicação de *Women and Human Development: The Capabilities Approach* (2000) e *Creating Capabilities: The Human Development Approach* (2011).⁴ Em termos simples, a abordagem das capacidades caracteriza-se pela proposta de uma avaliação do bem-estar dos indivíduos que não se centra simplesmente em indicadores económicos, como o rendimento e o consumo, mas antes nas capacidades reais de funcionamento dos indivíduos, considerando assim todo um conjunto de fatores considerados determinantes para a qualidade de vida, como sejam a educação, a saúde, liberdades políticas, oportunidades de emprego, segurança e participação na vida social e cultural. Esta abordagem defende, assim, que o objetivo do desenvolvimento não deve ser apenas o aumento da riqueza material, mas sim a expansão das oportunidades e das capacidades dos indivíduos para viverem uma vida digna, plena, significativa, cumprindo aos Estados e aos governos garantir as condições para que estas capacidades possam ser plenamente desenvolvidas. Assim, as capacidades tornam claras as condições que os políticos têm de fornecer aos cidadãos para que estes possam atingir a *eudaimonia* (Ehnberg, 2019, p. 117). Para além disso, a abordagem das capacidades baseia-se em vários princípios

(*Gesellschaft*). A comunidade caracteriza-se por um sentimento de unidade na pluralidade, ou seja, sentido de pertença afetiva a um todo, enquanto a sociedade se caracteriza por um sentimento de pluralidade na unidade, ou seja, um sentimento de divisão numa determinada unidade social (Bond, 2012). No mundo contemporâneo, a abordagem das capacidades, com a sua importante componente política, visa atuar nas sociedades e não apenas a nível das comunidades.

⁴ A abordagem das capacidades é por vezes designada por “abordagem do desenvolvimento humano”. Contudo, Martha Nussbaum manifesta a sua preferência pela primeira designação, por preocupar-se também com as capacidades dos animais não humanos (Nussbaum, 2011, p. 18). É ainda de notar que a teoria desenvolvida por Nussbaum não é totalmente sobreponível à de Sen, existindo diferenças consideráveis entre ambas, cuja análise ultrapassa o escopo do presente ensaio.

fundamentais enumerados por Nussbaum: cada pessoa é considerada um fim em si própria, a teoria foca-se na liberdade de escolha de cada indivíduo, é uma abordagem pluralista no que concerne aos valores, preocupa-se com a injustiça social e as iniquidades intrínsecas a cada sociedade, fundamenta-se no conceito de dignidade humana e de liberalismo e, por fim, faz uso do conceito de limiar (Nussbaum, 2011, p. 18-19). Com efeito, para Nussbaum, existe um limiar ou um nível mínimo de funcionamento que a vida de cada indivíduo deve atingir para poder ser considerada digna (Ehnberg, 2019, p. 111), limiar este que a abordagem das capacidades visa assegurar.

Mas o que são, então, as capacidades que fundam esta abordagem filosófica ao problema da felicidade? As capacidades correspondem, de acordo com Nussbaum e Sen, “a um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de atingir combinações de funcionamento alternativas” (Nussbaum, 2011, p. 20). As capacidades dependem das características intrínsecas de cada ser humano e da possibilidade de as concretizar, enquanto liberdades, no seio de uma sociedade, com determinadas características políticas, económicas e sociais. Estas “capacidades combinadas” devem ser distinguidas das capacidades internas e das capacidades básicas (Nussbaum, 2011, p. 21). As capacidades internas são dinâmicas e correspondem às características dos indivíduos (traços de personalidade, capacidades físicas, emocionais, intelectuais etc.) e, obviamente, são um dos componentes das capacidades combinadas. As capacidades básicas, por seu turno, são as que derivam das capacidades internas, condicionadas pelo ambiente externo que as permite, ou não, desenvolver (Nussbaum, 2011, p. 21-23). Um funcionamento (*functioning*) é a realização ativa de uma capacidade, ou seja, é a sua concretização (Nussbaum, 2011, p. 24). As capacidades não têm necessariamente de ser todas concretizadas pelos indivíduos: a liberdade de escolha de cada um, que integra o conceito de capacidade, permite-lhe selecionar quais pretende, ou não, ver concretizadas sob a forma de funcionamentos (Nussbaum, 2011, p. 24-25). Estes dois conceitos devem ser diferenciados. Como exemplifica Sen, um indivíduo que não come pode fazê-lo por opção (para perder peso, por exemplo) ou simplesmente porque nada tem

para comer, sendo que ambos têm o mesmo tipo de funcionamento em relação à nutrição; contudo, no primeiro caso o indivíduo tem a capacidade de comer, enquanto no segundo caso tal capacidade não existe (Nussbaum, 2011, p. 25).

Em *Women and Human Development* Martha Nussbaum define um conjunto de dez capacidades humanas, que constituiriam o funcionamento de um ser humano em plenitude. São elas: a vida; a saúde; a integridade física; os sentidos, imaginação e pensamento; as emoções; a razão prática; a afiliação (as interações sociais e bases sociais do respeito-próprio e da não humilhação); as outras espécies (poder preocupar-se e relacionar-se com outras espécies); o jogo (poder ter atividades recreativas); e o controlo sobre o seu próprio ambiente (político e material) (Nussbaum, 2000, p. 78). Esta lista constitui, segundo Nussbaum, uma abordagem pluralista da compreensão do funcionamento humano, podendo ser adaptada às realidades sociais ou culturais locais (Ehnberg, 2019, p. 110). O objetivo de Nussbaum ao elaborar uma lista não foi o de criar uma teoria completa da justiça, mas antes fornecer as bases para um mínimo social decente em diversas áreas (Nussbaum, 2000, p. 75). Adicionalmente, pretendeu que não representasse uma determinada concepção metafísica do mundo ou uma determinada posição ética ou religiosa, nem mesmo uma determinada concepção sobre a natureza humana (Nussbaum, 2000, p. 76). Tal como não se requer a cada indivíduo que desenvolva todas estas capacidades (apenas que lhe sejam dadas condições para que as possa desenvolver se assim o entender, cabendo a cada um decidir, na sua liberdade, quais desenvolverá), também o valor de cada capacidade pode mudar entre sociedades e até mesmo a listagem das capacidades poderá ser diferente de acordo com a sociedade que se considere (Nussbaum, 2000, p. 77). Contudo, é relativamente consensual que algumas das capacidades são fixas: não é concebível uma sociedade que considere remover da lista de capacidades a vida ou a integridade física, pois tais valores constituem condições fundamentais e incontornáveis daquilo que poderemos considerar uma vida boa, isto é, digna e realizada (Nussbaum, 2000, p. 77).

Como referimos anteriormente, apesar de a abordagem das capacidades ter surgido e sido desenvolvida por Nussbaum como uma teoria de justiça social, ela desempenha um papel fundamental como uma abordagem à compreensão e avaliação comparativa da qualidade de vida e do desenvolvimento humanos (Ehnberg, 2019). Neste contexto, a abordagem das capacidades opõe-se, fundamentalmente, à abordagem económica clássica, ou da teoria da escolha racional, que defende que o bem-estar das populações só pode ser obtido através do aumento dos seus rendimentos (Bruni; Comim; Pugno, 2008, p. 2). Amartya Sen considera que os recursos disponíveis são indicadores imperfeitos do bem-estar dos indivíduos, entre outras razões, porque a aplicação dos recursos disponíveis depende das capacidades de cada indivíduo, o que faz com que em diferentes sociedades o mesmo rendimento tenha diferentes repercussões na qualidade de vida (Bruni; Comim; Pugno, 2008, p. 4-5). Uma outra abordagem alternativa à económica a que a abordagem das capacidades se opõe é a abordagem da felicidade, desenvolvida originalmente pelo economista Richard Easterlin e baseada principalmente na psicologia positiva. Esta abordagem considera válidos os dados subjetivos obtidos em estudos empíricos sobre a felicidade dos indivíduos e tenta ultrapassar o paradoxo de que o aumento progressivo dos rendimentos nos países desenvolvidos não é acompanhado por um aumento equivalente do bem-estar relativo reportado pelos indivíduos – paradoxo geralmente designado por “paradoxo de Easterlin” (Bruni; Comim; Pugno, p. 2-3). Apesar deste elemento comum, Nussbaum é profundamente crítica da abordagem da felicidade por considerar, por um lado, que o conceito de felicidade não se pode limitar à definição utilitarista benthamiana, hedonista, que equipara felicidade a prazer (Nussbaum, 2012, p. 341-343), e, por outro lado, por considerar desadequada a utilização, como única fonte de informação válida, da informação subjetiva que cada indivíduo pode fornecer sobre o seu bem-estar (Nussbaum, 2012, p. 358).

Em suma, Nussbaum defende a abordagem das capacidades como um meio para atingir um fim, a real concretização das liberdades que constituem as capacidades, sob a forma de

funcionamentos que permitem alcançar a *eudaimonia*, considerando que não é possível usar, atualmente, uma métrica subjetiva de bem-estar como padrão normativo ou como forma de justificar uma lista de capacidades (Bruni; Comim; Pugno, 2008, p. 2; Nussbaum, 2012). Desta forma, pode considerar-se que a discussão de Nussbaum está a montante da avaliação empírica da felicidade, que caracteriza a abordagem da felicidade, tentando antes definir como uma vida humana completa se caracteriza através das capacidades. Torna-se assim claro que, para a abordagem das capacidades, a felicidade não pode ser considerada uma tarefa meramente individual, dependente apenas de um esforço igualmente individual e alheio às condições materiais, sociais e institucionais providenciadas pelos Estados, como defendiam os filósofos do período helenístico. Pelo contrário, a felicidade depende de um conjunto de condições objetivas que não podem estar ausentes numa vida que se possa considerar (objetivamente) digna e plena: ela encontra-se estritamente ligada às condições que os governos conseguem ou não providenciar para que todo e qualquer cidadão possa desenvolver as capacidades que lhe permitirão alcançar a sua plenitude e, portanto, a sua felicidade.

4. A procura filosófica da felicidade em Martha Nussbaum

Como conciliar estas duas abordagens, aparentemente tão divergentes, na obra de Martha Nussbaum? Será possível constituir algo como uma visão unificada da felicidade para a autora? Haverá forma de fazer convergir uma preocupação individual com a *eudaimonia* pessoal com uma preocupação política com o florescimento social, tendo em conta os grandes focos de tensão que mencionámos na introdução e elucidámos nas duas seções anteriores, nomeadamente o contraste entre a felicidade individual concretizada através de um trabalho exclusivamente interior e independente de circunstâncias externas, conforme defendiam as escolas helenísticas, e a convicção de que esta mesma felicidade individual depende antes primariamente das condições proporcionadas pelos diversos Estados para um pleno desenvolvimento das capacidades humanas, como

preconiza a abordagem das capacidades? Gostaríamos de defender que sim, passando no que se segue a mostrar os diversos pontos de interconexão e convergência entre as duas abordagens e a forma como se poderão complementar numa visão integrada e unificada da felicidade no pensamento de Nussbaum.

Em primeiro lugar, é importante notar que não só a filosofia antiga analisada por Nussbaum não se encontra radicalmente distante da abordagem das capacidades, como poderá parecer à primeira vista, como foi mesmo uma das suas principais influências para o desenvolvimento desta teoria. Com efeito, e não obstante o caráter diverso e multicultural dos fundamentos filosóficos desta abordagem, se para Sen as influências mais importantes foram os pensamentos humanistas de Rabindranath Tagore e de Mahatma Gandhi, para Martha Nussbaum foram justamente Aristóteles e os filósofos helenísticos, com especial destaque para os estoicos (Nussbaum, 2011, p. 123-124; Nussbaum, 2021, p. 13-21).⁵

Neste contexto, importa notar as diferenças entre Aristóteles e as diferentes escolas helenísticas e a avaliação que a própria Nussbaum faz das suas grandes forças e deficiências. De facto, vários aspetos da filosofia de Aristóteles aproximam-na da abordagem das capacidades. Para além da já mencionada valorização da comunidade enquanto comunidade política, bem como dos bens e sentimentos que essa comunidade pode dar aos cidadãos (Nussbaum, 2009, p. 100), destacam-se ainda, na filosofia aristotélica, a valorização da escolha, da dignidade humana, dos governos enquanto defensores ou facilitadores das capacidades humanas, do valor de cada cidadão, das suas vulnerabilidades e, em última análise, o próprio conceito de capacidades humanas (Nussbaum, 2011, p. 125-126). Com efeito, Aristóteles considerava que competia a cada cidadão optar pelas ações virtuosas pelo seu valor intrínseco, pois só assim poderia alcançar a dignidade que os seres humanos merecem (Nussbaum, 2011, p. 125). Contudo, reconhecia também que a escolha dos

⁵ Outras importantes influências filosóficas para a versão de Nussbaum da abordagem das capacidades foram Adam Smith, Immanuel Kant, John Stuart Mill, Karl Marx e John Rawls.

cidadãos poderia ser comprometida pela falta de condições concedidas pelo Estado (educação, condições de trabalho, etc.) e que competia ao Estado assegurá-las: “cabe ao excelente legislador ver como uma cidade, um conjunto de seres humanos, e qualquer outro tipo de comunidade, participação da *eudaimonia* que lhes é possível” (*Eth. Nic.* 1325a). Ou seja, a boa política baseia-se na teoria da vida humana boa, possibilitando a cada cidadão atingir a *eudaimonia* na medida que as suas características o permitam (Nussbaum, 1988). Por fim, e de forma absolutamente central no que concerne à abordagem das capacidades, Aristóteles considerava a existência de diferentes níveis de capacidades humanas (ou *dunamis*) (Nussbaum, 2011, p. 126). De facto, na *Política* Aristóteles defende que os governantes devem preocupar-se em assegurar dois tipos de capacidades humanas que permitam uma vida feliz: as capacidades internas a cada pessoa, desenvolvidas pela educação,⁶ e as capacidades externas, que consistem nos governos assegurarem as circunstâncias necessárias a que as capacidades de cada pessoa se possam desenvolver sem restrições (Nussbaum, 1988).

Por outro lado, Nussbaum reconhece, como vimos, duas importantes limitações na filosofia aristotélica. Em primeiro lugar, a filosofia aristotélica não valorizava a igualdade, desconsiderando, por exemplo, o papel e a possibilidade de participação das mulheres e dos escravos, bem como dos cidadãos sem a formação mínima, alinhando-se assim com *status quo* das clivagens sociais da *polis* e favorecendo de forma elitista aqueles que esta já favorecia (Nussbaum, 2009, p. 104, 154; 2011, p. 128). Para além disso, não considerava que a *polis* tivesse qualquer responsabilidade para com as pessoas exteriores às suas fronteiras (Nussbaum, 2011, p. 128). Na perspectiva de Nussbaum, os estoicos complementam a filosofia

⁶ A educação desempenha, para Martha Nussbaum, um papel fundamental no desenvolvimento humano, tendo dedicado uma parte considerável do seu trabalho a este tema, tanto numa abordagem teórica, como numa abordagem prática, definindo as linhas gerais de uma reforma na educação liberal, em que os estudantes devem ter a oportunidade de desenvolver certas capacidades intelectuais básicas, essenciais para o normal funcionamento de uma sociedade democrática e multicultural (Nussbaum, 1997; Burman, 2019).

aristotélica, na medida em que dão resposta a estas duas limitações (Nussbaum, 2011, p. 129). Apesar de, segundo Nussbaum, no que concerne à importância da sociedade e da intervenção política para atingir a *eudaimonia*, o estoicismo constituir, como qualquer outra escola helenística, um recuo relativamente à filosofia aristotélica,⁷ os estoicos, de facto, defendiam a igualdade entre todos os seres humanos, independentemente do género, de serem escravos ou homens livres, e da sua classe ou condição social. Assim, a ideia de dignidade, inerente à ideia de igualdade entre todos os seres humanos, é, para Nussbaum, o principal contributo dos estoicos para a abordagem das capacidades (Nussbaum, 2011, p. 130), ainda que, em geral, a autora reconheça que a filosofia aristotélica é aquela que se revela mais próxima das abordagens contemporâneas da filosofia política, assim como da abordagem das capacidades (Nussbaum, 2009, p. xvii). Em todo o caso, podemos seguramente afirmar que ambas as teorias sobre a felicidade que encontramos na obra de Martha Nussbaum têm uma forte fundamentação nos autores clássicos gregos e romanos e, principalmente, em Aristóteles e nos estoicos. Como Nussbaum afirmará na Introdução à edição de 2009 de *The Therapy of Desire*:

Aristóteles compreende a vulnerabilidade humana mais profundamente que os estoicos. Contudo, ele não compreende a igualdade entre os homens. Qualquer abordagem política equilibrada, acredito agora, deve conter tanto elementos aristotélicos como estoicos. (Nussbaum, 2009, p. xvii)

Em segundo lugar, as duas teorias partilham uma compreensão da filosofia enquanto prática relevante para a vida, ecoando a convicção de Nussbaum de que “a filosofia não deve ser escrita distanciando-se da vida real” (Nussbaum, 1997, p. ix). Efetivamente, para além da abordagem teórica que atravessa toda a sua obra,

⁷ Como vimos, ao invés de aceitarem as vulnerabilidades humanas que Aristóteles havia reconhecido, e de imputarem aos governos a responsabilidade de assegurarem as condições necessárias para a felicidade humana, os estoicos defendiam que as condições externas não deveriam ser importantes para atingir a *eudaimonia* (Nussbaum, 2011, p. 131).

Nussbaum manteve como prioridade a discussão de temas éticos e políticos contemporâneos que permitissem uma aplicação prática e um impacto nas formas de vida individuais e coletivas (Burman; Myrebøe, 2019). Tal foco e prioridade são evidentes, tanto no seu tratamento da filosofia antiga como terapia da alma, como no seu desenvolvimento da abordagem das capacidades, ainda que a dois níveis diferentes. Enquanto que em *The Therapy of Desire* Nussbaum defende a capacidade da filosofia de diagnosticar e curar as raízes principais do sofrimento humano e os maiores obstáculos à concretização de vidas plenas e felizes, mostrando assim como a filosofia pode contribuir, de forma decisiva, para o cultivo da virtude e da autonomia, o controlo das emoções, a resiliência ética, a manutenção da tranquilidade e a constituição de vidas não só mais plenamente realizadas, como também eticamente conscientes e sustentáveis (Nussbaum, 2009, p. 33), a abordagem das capacidades, apesar de ter o indivíduo como ponto de partida, pretende claramente agir sobre a política contemporânea, influenciando-a no reconhecimento do que faz de cada ser humano um indivíduo pleno e completo e de quais as ações a tomar para protegê-lo, de forma holística, na sua dignidade e plenitude.⁸ Em ambas as vertentes, Nussbaum torna claro o seu compromisso para com a filosofia enquanto ação com efeitos práticos no mundo.

Por último, um terceiro aspeto que aproxima a filosofia como terapia da alma e a abordagem das capacidades, na obra de Martha Nussbaum, é o facto de as duas teorias partilharem um *telos* comum, nomeadamente definir as condições para a felicidade humana, numa aceção eudaimonista aristotélica, e, saindo do campo teórico, fornecer ferramentas que operacionalizem e permitam a criação dessa felicidade, quer em termos individuais, no caso da filosofia como terapia da alma, quer em termos sociais e coletivos, no caso da abordagem das capacidades. Este *telos* parece, uma vez mais, ser um

⁸ Fruto desta perspectiva da filosofia enquanto ação, a abordagem das capacidades é utilizada, desde 1990, pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, nos Relatórios de Desenvolvimento Humano que elabora a nível local, nacional, regional e mundial (UNDP, 2023).

eixo transversal à filosofia de Nussbaum, cujo pendor humanista é amplamente reconhecido. Na sua perspectiva da filosofia como terapia da alma, o filósofo, comprometido com a prática e a ação, identifica e trata as doenças da alma, levando os seres humanos a atingirem a *eudaimonia*, a vida plena e completa, a felicidade. Mas, como Aristóteles salientou na sua obra ética e política, atingir a *eudaimonia* depende (não só, mas também) da ação da comunidade, dos políticos, para que se concretizem condições que permitam aos seres humanos desenvolver as capacidades que possuem (*Eth. Nic.* 1325a). A abordagem das capacidades, ao definir as capacidades que traduzem o funcionamento de um ser humano em plenitude, quer através da sua utilização nas leis fundamentais dos países, quer como fundamento para os direitos humanos, contribui para que essa felicidade humana se concretize nas sociedades. Por outras palavras, se a filosofia entendida como terapia cura a alma dos seres humanos, a abordagem das capacidades ensina aos governos e aos políticos como agir por forma a promover a felicidade humana em todas as suas valências no âmbito da sociedade. As duas teorias são, assim, não só perfeitamente conciliáveis como complementares numa abordagem robusta e integrada ao problema da felicidade.

5. Considerações finais

Como procurámos demonstrar, a filosofia como terapia da alma e a abordagem das capacidades são duas abordagens complementares a um mesmo problema e, como tal, de um ponto de vista filosófico não só podem como devem ser conciliadas e integradas numa visão unificada da felicidade. Se é verdade, como afirma a abordagem das capacidades, que os Estados e os governos são uma parte fundamental na *eudaimonia*, a tal ponto que sem a sua intervenção a felicidade dos cidadãos estará necessariamente comprometida, também é verdade, como afirmam todos os filósofos helenísticos, que a felicidade é acima de tudo uma tarefa individual que não pode ser garantida a não ser pelo próprio indivíduo. Segundo Aristóteles, cada cidadão tem valor por si só e apenas a *eudaimonia* de cada elemento da *polis*, i.e., de cada cidadão, pode fazer a felicidade da comunidade

(Nussbaum, 1988). Este foco na felicidade de cada cidadão permite a Aristóteles compreender e valorizar as vulnerabilidades inerentes a cada ser humano, considerando que competia ao governo da *polis* dar resposta a estas vulnerabilidades e assegurar o suporte necessário aos cidadãos que delas padeciam (Nussbaum, 2011, p. 127). Contudo, por mais que os governos deem resposta às vulnerabilidades dos indivíduos e garantam o desenvolvimento das suas capacidades, nenhuma condições ou circunstâncias poderão, por si só, determinar a felicidade individual, da qual por sua vez o florescimento coletivo depende. A felicidade individual e o florescimento social são, assim, duas faces de uma mesma moeda, de tal forma que uma não pode existir sem a outra. Longe de corresponder a uma contradição no pensamento de Nussbaum, a sua defesa de ambas as vertentes como vocação e prioridade da filosofia apenas atesta esta mesma interconexão fundamental entre a felicidade dos cidadãos e o florescimento das sociedades.

Disponibilidade de Dados

Não aplicável.

Bibliografia

ANNAS, J. (1995). *The Morality of Happiness*. Oxford, Oxford University Press.

BANICKI, K. (2015). Therapeutic Arguments, Spiritual Exercises, or The Care of Self: Martha Nussbaum, Pierre Hadot and Michel Foucault on Ancient Philosophy. *Ethical Perspectives* 22, n. 4, p. 601-634.

BERLIN, I. (2023). *Esperança e medo; dois conceitos de liberdade*. Lisboa, Guerra e Paz, Editores.

BOND, N. (2012). Ferdinand Tönnies and Max Weber. *Max Weber Studies* 12, n. 1, p. 25-57.

BRUNI, L; COMIM, F; PUGNO, M. (2008). Introduction. In: BRUNI, L; COMIM, F; PUGNO, M. (eds.). *Capabilities and happiness*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-15

BURMAN, A. (2019). Martha Nussbaum and Liberal Education. In: BURMAN, A; MYREBØE, S. (eds.). *Martha Nussbaum: Ancient Philosophy, Civic Education, and Liberal Humanism*. Stockholm, Södertörns högskola, p. 69-88.

BURMAN, A; MYREBØE, S. (2019). Introduction. In: BURMAN, A; MYREBØE, S. (eds.). *Martha Nussbaum: Ancient Philosophy, Civic Education, and Liberal Humanism*. Stockholm, Södertörns högskola, p. 7-14.

CAEIRO, A. C. (2012). Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. 4ª ed, Lisboa, Quetzal Editores.

CHIAPPERO-MARTINETTI, E; OSMANI, S; QIZILBASH, M. (2021). General introduction. In: CHIAPPERO-MARTINETTI, E; OSMANI, S; QIZILBASH, M. (eds.). *The Cambridge Handbook of the Capability Approach*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 1-4.

DURAND, M; SHOGRY, S; BALTZLY, D. (2023). Stoicism. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2023 Edition). Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/stoicism/>. Acesso em 11/04/2023.

EHNBERG, J. (2019). Capabilities and Human Dignity: On Martha Nussbaum's Understanding of Justice and Human Rights. In: BURMAN, A; MYREBØE, S. (eds.). *Martha Nussbaum: Ancient Philosophy, Civic Education, and Liberal Humanism*. Stockholm, Södertörns högskola, p. 107-126.

FALKENBERG, T. (2015). Introduction: Philosophical Perspectives on Education for Well-Being. *Paideusis* 22, n. 2, p. 1-7.

FOUCAULT, M. (2016). *A Hermenêutica do Sujeito*. Curso dado no Collège de France (1981-1982), trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail, São Paulo, Martins Fontes.

HADOT, P. (1995). *Philosophy as a Way of Life*. Oxford, Blackwell Publishers Ltd.

KRAUT, R. (2022). Aristotle's Ethics. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2022 Edition). Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/aristotle-ethics/>. Acesso em 11/04/2023.

LOCKE, J. (2006). *Dois tratados do governo civil*. Lisboa, Edições 70.

LORD, C. (2013). Aristóteles. *Politics* (tradução, introdução, notas e glossário). 2ª ed, Chicago, The University of Chicago Press.

NUSSBAUM, M. (1987). The Stoics on the Extirpation of the Passions. *Apeiron* 20, n. 2, p. 129-178.

NUSSBAUM, M. (1988). Nature, Function and Capability: Aristotle on Political Distribution. *Oxford Studies in Ancient Philosophy Supplementary Volume*, p. 145-184.

NUSSBAUM, M. (1997). *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education*. Cambridge, Harvard University Press.

NUSSBAUM, M. (2000). *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge, Cambridge University Press.

NUSSBAUM, M. (2009). *The Therapy of Desire. Theory and Practice in Hellenistic Ethics*. Princeton, Princeton University Press.

NUSSBAUM, M. (2011). *Creating Capabilities: The Human Development Approach*. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press.

NUSSBAUM, M. (2012). Who is the Happy Warrior? Philosophy, Happiness Research, and Public Policy. *International Review of Economics* 59, p. 335-361.

NUSSBAUM, M. (2021). The Capabilities Approach and the History of Philosophy. In: CHIAPPERO-MARTINETTI, E; OSMANI, S; QIZILBASH, M. (eds.). *The Cambridge Handbook of the Capability Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 13-39.

SELLARS, J. (2017). What Is Philosophy as a Way of Life? *Parrhesia* 28, p. 40-56.

SELLARS, J. (2011). *The Art of Living: The Stoics on the Nature and Function of Philosophy*. Londres, Bloomsbury.

SEN, A. (2004). Elements of a Theory of Human Rights. *Philosophy & Public Affairs* 32, n. 4, p. 315-356.

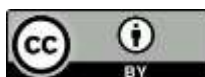
TESTA, F; FAUSTINO, M. (2022). Introdução. In: TESTA, F; FAUSTINO, M. (eds.). *Filosofia como modo de vida*. Coimbra, Edições 70, p. 13-63.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. (2023). What is Human Development? *Human Development Reports*. Disponível em <https://hdr.undp.org/about/human-development>. Acesso em 28/03/2023.

VIZARD, P. (2021). The Capability Approach and Human Rights. In: CHIAPPERO-MARTINETTI, E; OSMANI, S; QIZILBASH, M. (eds.). *The Cambridge Handbook of the Capability Approach*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 624-642.

Editores: Beatriz de Paoli & Eduardo Wolf

Submetido em 17/06/2024 e aprovado para publicação em 04/10/2025



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado.

Gostaria de enviar um artigo para a Revista *Archai*? Acesse <http://www.scielo.br/archai> e conheça nossas *Diretrizes para Autores*.
